

Mário Fortuna ao nosso jornal

“A taxa turística é um imposto parasitário”

O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria) afirmou ontem ao nosso jornal que “lamenta profundamente” a decisão da Assembleia Legislativa Regional de aprovar a criação da taxa turística regional.

Mário Fortuna reage contra a decisão dos deputados e afirma que se trata de uma “taxa parasitária, um imposto numa altura em que temos de fazer tudo para retomar a atractividade do nosso mercado”.

“É um sinal errado e negativo, que poderá prejudicar a retoma do turismo na Região, depois de um ano de 2020 que foi muito negativo para o sector, com a recuperação apenas parcial em 2021, com o atual clima de incerteza decorrente da guerra na Ucrânia e os seus impactos negativos a nível global e com a crise sísmovolcânica em S. Jorge, o objectivo prioritário deve ser o de recuperar o setor e de o consolidar e não criar mais um constrangimento, que dará uma percepção incorreta do nosso destino turístico”, adianta o líder dos empresários.

“Estamos perante uma decisão que também vem criar novos custos de contexto, correndo a já frágil competitividade dos Açores no sector do turismo”, adianta Mário Fortuna, concluindo que a taxa “não é oportuna e não é adequada à situação do sector, salientando ainda o facto de destinos turísticos muito mais consolidados e com maior projecção não terem taxa turística regional, como é o caso da Madeira onde apenas um município aplica uma taxa”.

Associação de Alojamento Local “perplexa”

A Associação de Alojamento Local dos Açores (ALA) disse estar “perplexa e revoltada” com a aprovação de uma taxa turística regional, alegando que



“não tem fundamento” e vai “incentivar a saída do mercado” de proprietários.

“A Associação de Alojamento Local dos Açores recebeu com perplexidade a notícia da aprovação na generalidade do diploma de aplicação da taxa turística nos Açores. As ondas de choque deram-se logo após a aprovação, com inúmeros empresários e trabalhadores independentes do Alojamento Local a mostrarem a sua revolta e indignação pelo sucedido”, lê-se num comunicado.

A Associação, presidida por Rui Correia, considera que a aprovação “com base nos critérios de sustentabilidade e controlo dos fluxos turísticos não têm fundamento”.

“Todos os estudos apontam” que a Região ainda está “longe de uma pressão desmedida e incontrolável”, observa.

A ALA aponta para os impactos que a medida vai ter naquele tipo de alojamento com “características de pequenas e micro-unidades”.

Para o Alojamento Local nos Açores, “a aplicação precoce desta taxa servirá de filtro inibidor” e será “um propiciador de rendimentos ao sector público, algo

que já hoje acontece com os inúmeros impostos directos e indirectos que temos de pagar”.

Segundo a ALA, a aplicação desta taxa “fará com que centenas de proprietários de Alojamento Local tenham um trabalho extra de gerir estas cobranças, num processo moroso e burocrático, incentivando assim à saída do mercado ou mesmo à economia paralela”.

A ALA alerta que “todas as ilhas sentirão o impacto da taxa”, mas “as de menor dimensão, onde o turismo é fundamental para a fixação de pessoas e captação de investimento, poderão ser ainda mais afectadas”.

A taxa turística terá ainda “efeitos colaterais”, nomeadamente nos “restaurantes, ‘rent-a-car’, lavandarias, empresas de gestão, contabilidade, limpeza”, aponta a Associação.

“O turismo dos Açores está numa fase inicial, somos um destino que ainda carece de afirmação e notabilidade, ainda sentimos as dificuldades económicas que a pandemia nos deixou e as crises internacionais, daí que a criação de mais uma taxa desta natureza poderá impor uma desaceleração neste crescimento e possivelmente a destruição de boas sinergias que estavam a ser criadas pelos empresários e trabalhadores independentes do Alojamento Local”, lê-se no comunicado assinado por Rui Correia.

Para o Alojamento Local nos Açores a introdução desta taxa “é uma ação de flagelação e castração, com particular incidência no AL”.

NELAG “desagradavelmente surpreendido”

O Núcleo de Empresários da Lagoa (NELAG) manifestou-se “desagradavelmente surpreendido” com a criação de uma taxa turística regional, considerando que é uma medida “desajustada” e deveria aguardar por “uma conjuntura internacional favorável”.

Em comunicado, a associação empresarial da Lagoa, na ilha de São Miguel, assinala que já tinha dado parecer negativo à proposta, por considerar que “o tempo da adopção” da medida é “desajustado e inoportuno, devendo aguardar-se por uma conjuntura internacional estabilizada e favorável”.

A associação empresarial alerta que, além da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia, “a que os Açores não podem estar alheios”, juntou-se a crise sísmovolcânica na ilha de São Jorge, no arquipélago, desde 19 de março.

“Já depois do nosso parecer, eclodiu a crise sísmico vulcânica em São Jorge, que se espera não venha a desenvolver-se nos piores cenários mas, mesmo nos mais benignos, instalou a incerteza junto dos agentes turísticos da ilha, em função dos cancelamentos de reservas, pairando o enorme receio quanto às próximas épocas turísticas”, lê-se no comunicado assinado pelo presidente do núcleo de empresários da Lagoa, Luciano Melo.

Além disso, e segundo o NELAG, as autarquias da ilha de São Miguel, entre as quais a da Lagoa, prepararam-se, no seio da AMISM (Associação de Municípios da Ilha de São Miguel) para “a criação de uma taxa semelhante, eclodindo um notório e insanável conflito entre o preconizado quanto ao beneficiário último das receitas da taxa turística regional”.

A associação empresarial critica que o turismo açoriano, “numa fase de crescimento do seu produto nos mercados internacionais” e “longe da desejada maturidade que advirá com o crescimento e desenvolvimento no longo prazo do destino”, seja “sujeito a uma condicionante nos custos da sua oferta”, mesmo que “possa parecer pequena”.

Esses custos, segundo a associação, acabarão por “ter de ser suportados pelos operadores locais, aumentando os seus custos de contexto e reduzindo a sua rentabilidade, tão afetada que tem sido”.

Encontrado corpo de um homem a flutuar junto ao Portinho de São Roque

Foi detectado o corpo de um homem que se encontrava a flutuar junto ao Portinho de São Roque, em Ponta Delgada, desconhecendo-se as causas que estiveram na origem do incidente.

Na sequência de um alerta recebido cerca das 14h15, através do Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Ponta Delgada (MRCC Delgada), a informar para a presença de um corpo a flutuar junto ao Portinho de São Roque, foram activados para o local elementos do Comando-local da Polícia Marítima de Ponta Delgada e da Estação Salva-vidas de Ponta Delgada.

Para o local deslocaram-se também elementos dos Bombeiros Voluntários

de Ponta Delgada e da PSP.

O corpo da vítima, um homem com cerca de 35 anos, foi recolhido para terra por um elemento da Polícia Marítima, tendo o óbito sido declarado no local pelo Delegado de Saúde.

Foi contactado o Ministério Público, tendo o corpo sido posteriormente transportado pelos elementos dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada para Gabinete Médico-Legal da Ponta Delgada.

O Comando-local da Polícia Marítima de Ponta Delgada tomou conta da ocorrência.

